

CONTRATO Nº 035/2017

Contrato relativo à prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para o Município de Gameleira/PE, que entre si, celebram o Município de Gameleira/PE e **VILANOVA MARANHÃO ADVOGADOS**.

O MUNICÍPIO DE GAMELEIRA/PE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Rua Treze de Dezembro, s/n, Centro, Gameleira - PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.343.902/0001-47, representado neste ato pela Prefeita do Município a **Sra. Verónica Maria de Oliveira Souza**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 2.125.766 SDS/PE, inscrita no CPF/MF sob nº 333.277.854-48, residente na Rua Castro Alvez, nº 64, Santa Luzia, Gameleira/PE, CEP nº 55.530-000, aqui denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sociedade **VILANOVA MARANHÃO ADVOGADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.179.661/0001-75, estabelecida na Rua Djalma Farias, Nº 227, Bairro Torreão - Recife/PE, CEP 52.030-190, neste ato representada por seu Representante legal o (a) Sr. (a) **Rodrigo Rangel Maranhão**, brasileiro, casado, Advogado, residente e domiciliado à Rua Djalma Farias, Nº 227, Bairro Torreão, Recife/PE, inscrito no CPF sob o nº 025.321.924-88 e RG nº 5.026.176 SSP/PE, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o competente contrato, consoante o **Processo Licitatório nº 008/2017**, modalidade **Tomada de Preço nº 001/2017**, em conformidade com Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, e pelas cláusulas e condições em sucessivo, mútua e reciprocamente outorgam e aceitam a seguir:

1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto deste termo a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para o Município de Gameleira/PE – PE, conforme especificado no Projeto Básico Anexo – I, compreendendo:

Lote 02: Consultoria jurídica especializada em Licitações e Contratos Administrativos à Prefeitura Municipal da Gameleira - PE, para prestar assessoria ao Departamento de Licitações na realização de licitações, dispensas e inexigibilidades de licitação, pertinentes a obras e serviços de engenharia, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações, com emissão de pareceres sobre o procedimentos realizados.

2.0 CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Para a execução do Objeto, o contratado deverá realizar e disponibilizar os seguintes serviços:

2.1.1. Os serviços, objeto do presente contrato, deverão ser prestados por profissionais (advogados) com conhecimentos profissionais na área Direito Administrativo, especialmente em licitações, dispensas e inexigibilidades de licitação, pertinentes a obras e serviços de engenharia, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações, com emissão de pareceres sobre o procedimentos realizados.

2.1.2. Disponibilizar tempo integral de “Consultoria Jurídica”, em suas instalações, ou seja na sua sede, sem limite de quantidade para realização de consultas a serem feitas por servidores do Município decorrentes de dúvidas suscitadas em face de fatos supervenientes, devendo toda e qualquer orientação ser dada de forma formal, preferencialmente no formato de “parecer jurídico”, somente por profissionais devidamente habilitados, e em observância ao que prescreve o instrumento convocatório/edital e seus anexos.

2.1.3. Disponibilizar na prestação dos serviços de “Assessoria Jurídica”, somente profissionais devidamente habilitados no seguimento de Direito Administrativo, envolvendo área de alta indagação em Licitações e Contratos Administrativos e será objeto de 02 (duas) visitas semanais *in loco* (sede do Município), avocando para si todas as despesas decorrentes tais como (custo com mão de obra, transporte, alimentação e hospedagem), isentando o Município de qualquer despesa adicional.

2.1.4. Atendimento via telefone convencional, fac-símile e telefone móvel disponibilizados das 8h às 18h, e via correio eletrônico durante 24h, de segunda-feira a sexta-feira.

3.0 CLÁUSULA TERCEIRA - A DOCUMENTAÇÃO INTEGRANTE:

3.1 Fazem parte integrante e indissociável deste contrato, como nele estivessem transcritos:

- a) O Edital da **Tomada de Preço nº 001/2017**;
- b) A proposta de preço da **CONTRATADA**;

- c) A Planilha de Orçamento de Serviços;
- d) O Relatório de Projetos e demais anexos que compõem o processo licitatório.

4.0 CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS UNITÁRIO E GLOBAL:

4.1 Nos preços unitário e global estão incluídas as despesas com administração de pessoal, obrigações patrimoniais, encargos trabalhistas e previdenciários, transporte, e todos os demais tributos e encargos decorrentes da execução dos serviços objeto deste ajuste.

4.2 O valor mensal deste contrato é de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)**, totalizando o valor global de **R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais)**, conforme proposta de Preço constante nos altos do processo adjudicado e Homologada.

5.0 CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO:

5.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado nos termos do § 1º, do Art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93.

6.0 CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 Os recursos financeiros necessários para a realização dos serviços, objeto deste Projeto Básico, são do exercício 2017, através da Prefeitura Municipal de Gameleira/PE, na seguinte dotação:

Gabinete da Prefeita: Projeto/Atividade: 2010.04.122.0002.2005.0001 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades do Governo Municipal. Fonte: 13000. Natureza de despesa: 3.3.90.39.00.

Secretaria da Fazenda: Projeto/Atividade: 2020.04.123.0002.2008.0001 – Manutenção e Desenvolvimento da Atividade da Secretaria da Fazenda. Fonte: 13000. Natureza de despesa: 3.3.90.39.00.

Secretaria de Administração: Projeto/Atividade: 2030.04.122.0002.2011.0001 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria de Administração. Fonte: 13000. Natureza de despesa: 3.3.90.39.00.

6.2 Poderão ocorrer remanejamento de dotação caso se faça necessário para a devida readequação de despesas futuras, tendo em vista o termino do exercício corrente.

7.0 CLAUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS:

7.1 O pagamento será realizado conforme a prestação dos serviços e mediante apresentação de Nota Fiscal atestada pela Secretaria solicitante e acompanhada do recibo e comprovações da prestação dos serviços;

7.2 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que inviabilize seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização;

7.3 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

7.4 A licitante contratada apresentará previamente à Secretaria solicitante do Município, para análise e aprovação do pagamento, os seguintes documentos: Nota Fiscal contendo os serviços realizados no período, devidamente aprovado pelo responsável da CONTRATANTE.

8.0 CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

8.1 Em caso de não cumprimento, por parte da Contratada, das obrigações assumidas, ou de infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

8.1.1 Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade para as quais tenha a contratada concorrido diretamente;

8.1.2 Multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado em iniciar os serviços, após a retirada da Ordem de Serviços, podendo resultar na rescisão unilateral do contrato pela Administração;

8.1.3 Suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Gameleira/PE, bem como impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02(dois) anos, e declaração de inidoneidade, na hipótese de prática de atos ilícitos ou falta grave, tais como apresentar documentação inverossímil ou cometer fraude, independentemente da aplicação de outras penalidades previstas neste subitem.

8.2 As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

8.3 As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Contratante.

8.4 O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado. O caso fortuito ou força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

9.0 CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES ENTRE AS PARTES:

9.1 São obrigações e responsabilidades da licitante CONTRATADA:

- a) Disponibilizar todas as informações e documentos necessários a realização do trabalho;
- b) Colocar a disposição dos técnicos espaços físicos compatíveis e os equipamentos que forem requisitados como necessários para o bom andamento dos serviços;
- c) Notificar a contratada qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;
- d) Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no instrumento contratual;
- e) Fiscalizar a realização dos serviços, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato, sendo que o não atendimento sujeitará a contratada as penalidades e/ou generalidades prevista neste Edital.

9.2 São obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus trabalhos dentro das normas do Projeto Básico, instrumento convocatório e seus anexos, bem como no instrumento contratual;
- b) Acompanhar e fiscalizar através da Secretaria solicitante, o serviço objeto do Projeto Básico, aprovar os boletins de medição, bem como recusar quaisquer serviços que difiram dos padrões exigidos pela CONTRATADA;
- c) Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos;
- d) Paralisar ou suspender a qualquer tempo, à execução dos serviços, de forma parcial ou total, sempre que houver descumprimento das normas pré-estabelecidas no instrumento contratual;
- e) Recusar quaisquer serviços que difiram dos padrões exigidos;
- f) Decidir dentro dos limites de suas atribuições, as questões que forem levantadas em campo durante o andamento dos serviços;
- g) Controlar a execução dos trabalhos, verificando se o pessoal, equipamentos e ferramentas são adequados à realização dos serviços contratados.

10.0 CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

10.1 A inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento contratual ensejará sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº. 8.666/93;

10.2 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

10.3 A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, ou nas hipóteses do artigo 79 do mesmo diploma legal, quando cabível;

10.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.0 CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DIREITOS DA CONTRATANTE:

11.1 Reconhece a **CONTRATADA** os direitos da **CONTRATANTE**, conferidos pelo art. 80, da Lei nº 8.666/93, em caso de rescisão administrativa.

12.0 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

12.1 Deverão ser observadas, ainda, as especificações constantes no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2017, TOMADA DE PREÇO Nº 001/2017**, e seus anexos, os quais para todos os efeitos legais, fazem parte integrante e inseparável do presente instrumento contratual.

12.2 Aplica-se à presente contratação os dispositivos da Lei nº 8.666/93, posteriores alterações, e, na lacuna desta, subsidiariamente os Princípios Gerais do Direito.

13.0 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Gameleira/PE, para dirimir qualquer litígio oriundo do presente contrato, que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciando têm a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudanças de domicílio de qualquer das partes.

13.2 E, por estarem assim justas e acertadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Gameleira/PE, 03 de março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA/PE
Verônica Maria de Oliveira Souza
Contratante

VILANOVA MARANHÃO ADVOGADOS
Representante Legal: Rodrigo Rangel Maranhão
Contratado

Testemunhas:

1. _____
CPF nº:

2. _____
CPF nº: